

1. Local, Hora, Data e Convocação:

1.1. Realizada na sede da Marumbi, na Rua Comendador Araújo, 143 – 19º andar - Centro, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, às 13 horas do dia 29 de março de 2016, dispensada a Convocação nos termos do Art. 22, Parágrafo único do Estatuto Social, verificando-se o comparecimento de todos os membros efetivos do Conselho de Administração, conforme assinaturas ao final da presente.

2. Presenças:

1. Conselheiros Titulares: Cláudio Bragança Marinho Falcão, Ilmar da Silva Moreira e Adriano Pauli, presentes os convidados Srs. Alfonso Schmitt, Valdenir José Bertaglia, William Rodrigo Cardoso, Edson Augusto Buch, Gerson José Gonçalves, Guido A.C. Albuquerque Neto e Laércio Faria.

3. Mesa:

Cláudio Bragança Marinho Falcão (Presidente).
William Rodrigo Cardoso (Secretário).

4. Ordem do Dia:

4.1. Demonstrações Financeiras do exercício social de 2015, Relatório Anual da Administração e Destinação do Lucro;

4.2. Autorização para a administração da Companhia a praticar atos necessários ao registro e publicação da presente nos órgãos próprios.

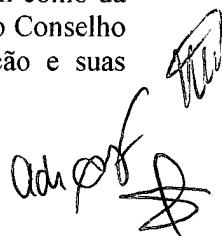
4.3. Outros assuntos.

5. Apreciações e deliberações:

5.1. Aberta a reunião foi aprovada a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário das deliberações tomadas.

5.2. Dando início à ordem do dia e passando desde logo a apreciação do item 4.1, o Sr. Presidente convidou o Sr. William Rodrigo Cardoso, Contador da Companhia, para fazer a apresentação das demonstrações financeiras relacionado ao exercício de 2015, quando a Companhia obteve um resultado líquido operacional de R\$ 11.628 mil e a proposta de dividendos mínimo obrigatório, no montante de R\$ 3.876 mil, com o propósito destes dividendos retornarem a Companhia (em virtude do caixa estar sendo utilizado com a ampliação dos 2 Bancos de Capacitores), no exercício de 2016, como reserva de lucros a realizar e também a constituição da reserva legal, no montante de R\$ 1.504 mil, o Relatório Anual da Administração da Companhia e o parecer sem ressalva emitido pela auditoria externa, conforme anexo I.

5.2.1 O Colegiado, por unanimidade, apreciou e autorizou o envio das Demonstrações Financeiras do exercício social do ano de 2015 e o Relatório Anual da Administração da Companhia, bem como da proposta de Destinação do Lucro e recomenda que tais documentos sejam encaminhados ao Conselho Fiscal para ratificação, e, aos Acionistas reunidos em Assembleia Geral para aprovação e suas destinações.



5.3. Análise do pleito e multas de atrasos da Toshiba

Inicialmente analisou-se o pleito da Toshiba e acatou-se o parecer sobre os pleitos do Aditivo Contratual elaborado pela engenharia do proprietário – Copel; foram reconhecidos os valores apresentados na folha “resumo dos pleitos” na quantia de R\$ 601.015,55.

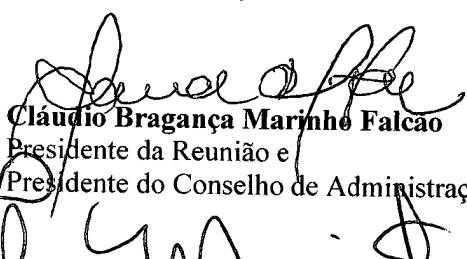
Também foi acatado o pagamento do valor de R\$ 60.750,00 pela execução de mais uma fundação de torre metálica, não prevista inicialmente, para possibilitar a montagem da linha de transmissão didática relocada da subestação Curitiba para Regional de Manutenção da Eletrosul em São José – SC.

Foram analisados os atrasos ocorridos durante a execução das obras pela Toshiba nas subestações Curitiba e Curitiba Leste, considerando a tabela “Cronologia do Contrato MA 02/12 com a Toshiba”, apresentada pela diretoria executiva, e levando em consideração o prazo adicional de cinco meses solicitado na “Proposta Comercial 2014-P004-R0”, de 12 de agosto de 2014, reconheceu-se os 150 dias solicitados na Proposta Comercial da Toshiba e chegou-se ao atraso de 110 dias a serem convertidos em multa contratual.

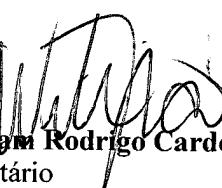
5.4. Finalmente, em apreciação ao item 4.2, deliberou o Colegiado autorizar a Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários e tomar as providências cabíveis ao registro e publicação da presente ata nos órgãos e livros próprios e os demais atos aqui previstos e na lei aplicável.

6. Encerramento:

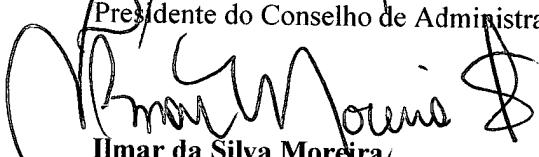
6.1. Nada mais havendo a ser tratado e em vista das deliberações tomadas, encerrou-se a Reunião para a lavratura da presente ata que, uma vez lida e achada conforme, é assinada.
Curitiba, 29 de março de 2016.



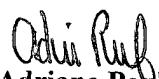
Cláudio Bragança Marinho Falcão
Presidente da Reunião e
Presidente do Conselho de Administração



William Rodrigo Cardoso
Secretário



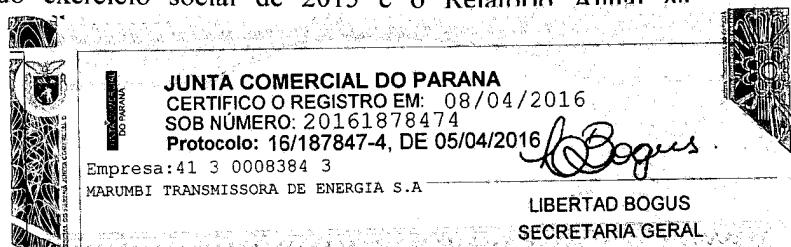
Ilmar da Silva Moreira
Membro do Conselho de Administração



Adriano Pauli
Membro do Conselho de Administração

Esta é a 2^a folha de um total de 2 folhas da ATA de Reunião do CAD 29.03.16.

Anexo I – Demonstrações Financeiras do exercício social de 2015 e o Relatório Anual da Administração;



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTEÚDO

Relatório Anual da Administração

1. AOS ACIONISTAS

A administração da Marumbi Transmissora de Energia S.A., em atendimento ás disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa ás contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

2. A EMPRESA

Constituída em 19 de dezembro de 2011 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão caracterizadas no ANEXO 6F do Edital do LEILÃO nº 06/2011-ANEEL que originou o contrato de Concessão do serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 – ANEEL, datado de 10 de maio de 2012, com um Capital Autorizado pelos acionistas de R\$ 100 milhões, compostas pela LT Curitiba – Curitiba Leste, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 29,14 km, com origem na SE Curitiba e término na SE Curitiba Leste e pela SE Curitiba Leste 525/230 kV e entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São de responsabilidade da TRANSMISSORA a implementação, das instalações de transmissão de rede básica, o trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 2,187 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberaba – Posto Fiscal e a Subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste, e a aquisição de equipamentos necessários ás modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Uberaba e Posto Fiscal e o trecho em Linha de Transmissão em 230

kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 5,233 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica – Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a Subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Santa Mônica e Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

No ano de 2014 a MARUMBI recebeu, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.807 de 26 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 04 de setembro de 2014, uma autorização para implantar reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 02 (dois) Bancos Capacitores 230 kV, 2x100 MVar e conexões, na Subestação Curitiba Leste.

Desta forma, será também de responsabilidade da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., implantação do respectivo reforço na Subestação Curitiba Leste, compreendendo: i) Complemento do Módulo de Infraestrutura Geral com um Módulo de Infraestrutura de Manobra referente ao Módulo de Manobra 230 kV, Arranjo BD4, para instalação dos dois Bancos de Capacitores; ii) Instalar um Módulo de Manobra para Conexão 230 kV do Banco de Capacitor 100 MVar (BC1); iii) Instalar o 1º Banco de Capacitor em 230 kV de 100 MVar; iv) Instalar um Módulo de Manobra para Conexão 230 kV do Banco de Capacitor 100 MVar (BC2); e v) Instalar o 2º Banco de Capacitor em 230 kV de 100 MVar.

3. SISTEMA DE TRANSMISSÃO

O sistema elétrico da Marumbi Transmissora de Energia S.A. integrou a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional no fim do mês de junho de 2015, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST nº 018/2012, em 10 de julho de 2012.

4. DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

Conforme Contrato de Concessão, Subestação, Linha de Transmissão e mais a ampliação de dois Bancos de Capacitores, a prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

No exercício, a empresa obteve um resultado operacional líquido de R\$ 16,320 milhões e propôs dividendos mínimo obrigatório, relacionado ao exercício de 2015, que está sendo encaminhado ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2016, no

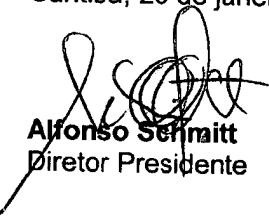


montante de R\$ 3,876 milhões com proposta destes dividendos retornarem à Companhia em forma de reservas de lucros a realizar. Constituiu reserva legal no montante de R\$ 1,5 milhão.

Em complemento ás demonstrações contábeis previstas na Legislação Societária estão sendo apresentado, conforme Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a Demonstração do Valor Agregado. O Balanço Social e o Relatório de Responsabilidade Socioambiental, introduzido através do Despacho SFF/ANEEL nº 3.034, de 26 de dezembro de 2006, será divulgado em exemplar á parte.

Finalmente, a Marumbi deixa consignado seu agradecimento aos acionistas, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 29 de janeiro de 2016.



Alfonso Schmitt
Diretor Presidente



Valdenir José Bertaglia
Diretor Administrativo Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDTORES INDEPENDENTES

Aos
Diretores e Acionistas da
MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

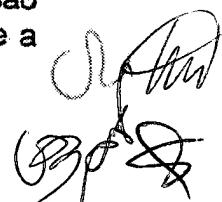
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.



Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

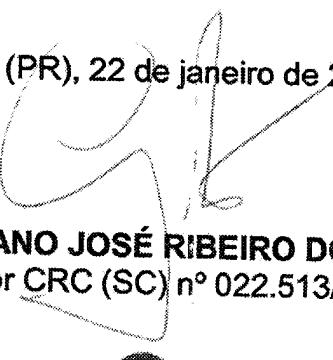
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, (Companhia em fase pré-operacional) em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com as normas editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório do Auditor Independente, emitido sem ressalvas, em 23 de janeiro de 2015.

Curitiba (PR), 22 de janeiro de 2016.


CRISTIANO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS
Contador CRC (SC) nº 022.513/O-0





Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015

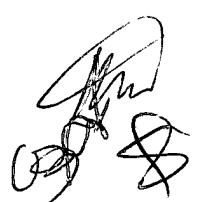
A handwritten signature in black ink, likely belonging to the author or a representative of the company, is located in the bottom right corner of the page.

Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3-4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9-19



BALANÇOS PATRIMONIAIS
 em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

ATIVO

Nota 31.Dez.15 31.Dez.14

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	4	1.970	10.128
Clientes	5	1.786	-
Tributos a compensar		12	34
Sobressalentes		-	72
Outros créditos		10	1
Ativo Financeiro	6	<u>5.709</u>	<u>-</u>
 Total do ativo circulante		9.487	10.235

Não circulante

Depósitos vinculados	4	2.206	-
Ativo financeiro	6	152.589	118.628
Despesas do exercício seguinte		-	5
Ativo imobilizado administração	6	25	10
Intangível	6	<u>16</u>	<u>16</u>
 Total do ativo não circulante		154.836	118.659

164.323 **128.894**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota **31.Dez.15** **31.Dez.14**

Circulante

Fornecedores	8	7.219	7.773
Financiamentos	10	5.148	1.376
Obrigações sociais e fiscais	7	220	262
Dividendos	11	3.876	2.764
Encargos setoriais		<u>275</u>	<u>-</u>

Total do passivo circulante **16.738** **12.175**

Não circulante

Financiamentos	10	47.532	33.348
Impostos diferidos		<u>5.160</u>	<u>3.686</u>
AFAC	9	<u>-</u>	<u>33.512</u>

Total do passivo não circulante **52.692** **70.546**

Patrimônio líquido

Capital social		68.691	35.179
Reserva legal		1.504	688
Reserva de lucros a realizar		13.070	503
Lucro do exercício		<u>11.628</u>	<u>9.803</u>

Total do patrimônio líquido **94.893** **46.173**

164.323 **128.894**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

	Nota	<u>31.Dez.15</u>	<u>31.Dez.14</u>
Receita operacional líquida	12	<u>47.693</u>	<u>87.434</u>
Custo de construção		(24.500)	(72.803)
Taxa de fiscalização		(30)	-
Lucro bruto		23.163	14.631
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		<u>(2.133)</u>	<u>(630)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e imposto		<u>21.030</u>	<u>14.001</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.094	831
Despesas financeiras		(23)	(275)
Encargos de dívida		(3.704)	-
		<u>(2.633)</u>	<u>556</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>18.397</u>	<u>14.557</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(591)	(207)
Diferido		(1.486)	(2.710)
		<u>(2.077)</u>	<u>(2.917)</u>
Lucro do exercício		<u>16.320</u>	<u>11.640</u>
Lucro por Ação		<u>0,24</u>	<u>0,33</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRAGENTES

findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(em milhares de reais)

Resultado do exercício

	31.Dez.15	31.Dez.14
Lucro do exercício	<u>16.320</u>	<u>11.640</u>
Resultado abrangente do período	<u>16.320</u>	<u>11.640</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

Discriminação	Capital Social	Reserva Legal	A realizar	Reserva de Lucros			Prejuízos Acumulados	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
				Retenção de lucros	<u>Lucros a Disposição da AGO</u>	Acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.111	106	-	-	1.510	-	-	-	4.726
Capital subscrito conf. AGO 24.04.14	32.068	-	-	-	-	-	-	-	32.068
Reversão de Dividendos conf. AGO 24.04.14	-	-	503	-	-	-	-	-	503
Destinação dos lucros conf. AGO 24.04.14	-	-	-	1.510	(1.510)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.639	11.639
Destinação Reserva Legal	-	582	-	-	-	-	-	(582)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(2.765)	(2.765)
Lucro líquido a disposição da AGO	-	-	-	-	8.293	-	-	(8.293)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	35.179	688	503	1.510	8.293	-	-	(1)	46.173
Capital subscrito	33.512	-	-	-	-	-	-	-	33.512
Destinação dos lucros conf. AGO 24.04.15	-	-	9.803	(1.510)	(8.293)	-	-	-	-
Reversão de Dividendos conf. AGO 24.04.15	-	-	2.764	-	-	-	-	-	2.764
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	16.320	16.320
Destinação Reserva Legal	-	816	-	-	-	-	-	(816)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(3.876)	(3.876)
Lucro líquido a disposição da AGO	-	-	-	-	11.628	-	-	(11.628)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	68.691	1.604	13.070	-	11.628	-	-	(1)	94.393

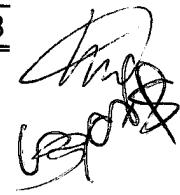
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

	31.Dez.15	31.Dez.14
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.397	14.557
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social	(2.077)	(2.918)
(Aumento) redução no ativo:		
Tributos a compensar	22	(23)
Clientes	(1.786)	0
Outros ativos	<u>(2.138)</u>	<u>(78)</u>
	(3.902)	(101)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(554)	373
Obrigações sociais e fiscais	(42)	2.600
Outros passivos	<u>637</u>	<u>(17)</u>
	41	2.956
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	12.459	14.494
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	12.459	14.494
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ativo financeiro	(39.670)	(87.413)
Imobilizado e Intangível	<u>(15)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido das atividades de investimentos	(39.685)	(87.413)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Capital subscrito	33.512	32.068
Dividendos	1.112	
Financiamento	17.956	34.723
Baixa de Adiantamento para futuro aumento de capital	(33.512)	10.990
Caixa líquido das atividades de financiamento	19.068	77.781
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(8.158)	4.863
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>10.128</u>	<u>5.265</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>1.970</u>	<u>10.128</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)

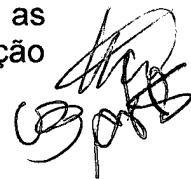
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Marumbi Transmissora de Energia S.A. é uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 14.820.785/0001-53, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob nº 41300083843, com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua Comendador Araújo nº 143, bairro Centro, CEP 80420-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 008/2012 – ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão outorgada pelo Decreto s/nº, de 16 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial de 17 de abril de 2011, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas no Anexo 6F do Edital do Leilão nº 06/2011 – ANEEL – “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”.

A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por:

- LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste, CS, 29,04 km; e
- SE 525/230 kV Curitiba Leste (3 +1 res.) x 224 MVA.
- Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberaba - Posto Fiscal e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Uberaba e Posto Fiscal. Os equipamentos e instalações descritos neste parágrafo serão transferidos para a COPEL-GT, concessionária da linha de transmissão que será seccionada, conforme disposto na Resolução Normativa nº. 67/2004.
- Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 7,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica - Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste e a aquisição



dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Santa Mônica e Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

- Instalação de 02 (dois) conjuntos de Bancos de Capacitores de 100 MVAr em 230 kV e conexões na Subestação CURITIBA LESTE 525kV, localizada na Rua João Bortolan, sem número, localidade de Capão Grosso, Colônia Murici, no município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná.

A ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 4.807, datada de 26.08.2014 a qual foi publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de setembro de 2014, autorizando a MARUMBI, a implantar reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 02 (dois) Bancos Capacitores 230 kV, 2x100 MVAr e conexões, na Subestação Curitiba Leste e incrementou proporcionalmente este investimento na Receita Anual Permitida – RAP. O investimento está estimado em R\$ 14,88 milhões, a preço de setembro de 2014, já adotando o REIDI (descontando os tributos PIS e COFINS e inclusão do DIFAL).

A Companhia entrou em fase operacional, com a energização da Subestação e da Linha de Transmissão realizada na data de 28 de junho de 2015 recebendo a sua primeira Receita em agosto de 2015 referente ao período de julho de 2015.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - Apuração de Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 - Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.



3.3 - Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço de 31 de dezembro de 2015.

3.5 - Instrumentos Financeiros

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

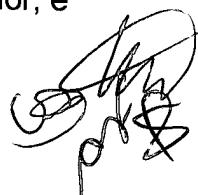
A Companhia despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros são classificados em "mantidos até o vencimento" caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de garantir os títulos de dívida até a data de expiração. Tais Ativos Financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas nas obrigações de curto prazo.



Concessões

Ativo financeiro - Amortizável RAP

A remuneração da Companhia é garantida e reconhece como um recebível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05.

O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição das infraestruturas realizadas pela Companhia.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o "contas a receber" por transmissão de energia faturada, acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

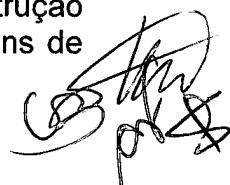
Ativo financeiro – Não Indenizável

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não indenizados pelo poder concedente.

Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão, transferidos à Concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão, sem indenização.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de



determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão.

Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entram em operação.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: "fornecedores" e "outras contas a pagar".

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, sem quaisquer efeitos tributários.

3.6 - Receita de aplicação financeira



A receita de aplicação financeira é reconhecida *pro rata dia* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações do mercado dos instrumentos financeiros.

3.7 - Forma de tributação

A Concessionária adota para o exercício o regime tributário do Lucro Presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL. A alíquota do IRPJ é de 15% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 8% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa acrescidas das demais receitas, enquanto que o Adicional incide em 10% sobre essa mesma base que exceder a R\$ 20 mil reais mensais. A alíquota da CSL é de 9% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 12% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa, acrescida das demais receitas.

3.8 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

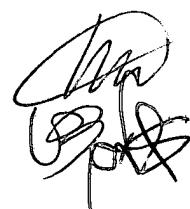
3.9 - AFAC – Adiantamento Para Futuro Aumentos de Capital

Os Aportes de capital estão sendo efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

3.10 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.



NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.Dez	31.Dez
	2015	2014
Banco conta movimento e fundo rotativo de caixa	116	428
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.854	9.700
	<u>1.970</u>	<u>10.128</u>
Conta garantia - financiamento	2.206	-

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas na taxa de 100% aplicada na remuneração destacada da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 31.12.2015.

A exceção para este trimestre foi a criação da conta reserva denominada depósitos vinculados. É a garantia exigida no contrato de financiamento do BNDES, onde mensalmente serão transferidos 30% da arrecadação para esta conta garantia, até o limite de três parcelas de amortização mais juros do financiamento, que atualmente atingiu o seu teto que é equivalente a R\$ 2.206 milhões.

NOTA 05 - CLIENTES

Em junho de 2015 a Companhia iniciou sua operação comercial. O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, emite, a partir do mês de entrada em operação, avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos - AVC, mensalmente, provenientes do contrato CPST n. 014/2012. Deste AVC emitido pelo ONS, incide os encargos setoriais, tais como: Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (1% da Receita Operacional), onde subdividem-se em: P&D (40%), Ministério de Minas e Energia – MME (20%) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (40%); Reserva Global de Reversão – RGR (2,6% da Receita Operacional); e Taxa de Fiscalização ANEEL (0,4% da Receita Operacional).

Faturamentos	31.Dez
Em R\$/ Mil	2015
à vencer	1.711
Vencidos	
de 1 a 30 dias	10
de 31 a 60 dias	1
de 61 a 90 dias	6
acima de 90 dias	<u>58</u>
	1.786



NOTA 06 - ATIVO FINANCEIRO E IMOBILIZADO

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas do ICPC-01 R1/IFRIC12, pois a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta Interpretação não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

	31.Dez	31.Dez
	2015	2014
Ativo financeiro - Amortizável RAP (CP)	5.709	
Ativo financeiro - Amortizável RAP (LP)	152.589	118.628
Total Ativo Financeiro	158.298	118.628
Ativo imobilizado	25	10
Intangível	16	-
	158.339	118.638

Os bens que compõem o imobilizado referem-se a móveis e utensílios utilizados na administração.

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	31.Dez	31.Dez
	2015	2014
Impostos	218	260
Contribuições Sociais	2	2
	220	262

NOTA 08 - FORNECEDORES

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

	31.Dez	31.Dez
	2015	2014
Materiais	3.364	78
Serviços	3.855	7.695
	7.219	7.773



NOTA 09 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	<u>31.Dez</u> <u>2015</u>	<u>31.Dez</u> <u>2014</u>
AFAC - Copel	-	26.810
AFAC - Eletrosul	-	6.702
	<u>-</u>	<u>33.512</u>

NOTA 10 - FINANCIAMENTOS

	<u>31.Dez</u> <u>2015</u>	<u>31.dez</u> <u>2014</u>	Valor Contratado	Valor Liberado	Encargos Juros	Parcelas Qtd.
BNDES Sub-crédito A - TJLP	33.806	30.198	33.460	33.460	2% a.a. + TJLP	168
BNDES Sub-crédito B	18.874	4.525	21.577	19.520	6% a.a.	106
	<u>52.680</u>	<u>34.723</u>	<u>55.037</u>	<u>52.980</u>		
Curto prazo	5.148	1.376				
Longo prazo	47.532	33.348				
Taxa média mês	0,65%	0,52%				
Í.Cobertura (juros e principal)	(2.184)	1.211				

O financiamento do BNDES de número Decisão de Diretoria de 585/2014, de 8 de julho de 2014, para abertura de crédito no valor de R\$ 55.037, (cinquenta e cinco milhões, trinta e sete mil e quatrocentos e dez reais), dividido em 2 (dois) Subcréditos nos seguintes valores e prazos:

- I. Subcrédito "A": R\$ 33.460, (trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta mil, trezentos e trinta reais) em 168 (Cento e Sessenta e Oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.
- II. Subcrédito "B": R\$ 21.577, (vinte e um milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil e oitenta reais) em 106 (Cento e Seis) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

Os juros sobre o principal da dívida relativo ao subcrédito "A" incidirão juros de 2% ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e os juros sobre o principal da dívida relativo ao subcrédito "B" incidirão juros de 6% ao ano (a título de remuneração).

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL GeT e ELETROSUL, acionistas da Marumbi, dão em garantia, em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Marumbi.



NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 68.690.963,00 (sessenta e oito milhões, seiscentos e noventa mil, novecentos e sessenta e três reais), dividido em 68.690.963 (sessenta e oito milhões, seiscentas e noventa mil, novecentas e sessenta e três) ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 37 do Estatuto Social e o artigo 193 da lei societária.

Reserva de Lucros a Realizar

A reserva de lucro a realizar foi constituída para não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela do lucro ainda não realizado financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizada) pela companhia.

Destinação do Lucro do Período

O lucro acumulado do período, nesta etapa pré-operação, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros foram superiores aos custos/despesas.

	31.Dez	31.Dez
	2015	2014
Lucro do período	16.320	11.640
Reserva legal	5%	5%
Constituição de reserva legal	<u>(816)</u>	<u>(582)</u>
	15.504	11.058
Dividendos propostos	(3.876)	(2.765)
Lucro a disposição da assembléia	11.628	8.293

NOTA 12 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Estes resultados financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente.



	Nota	<u>31.Dez.15</u>	<u>31.Dez.14</u>
Transmissão			
Receita de operação e manutenção	1.693	-	
Receita de construção	46.549	87.434	
Receitas Operacionais	<u>48.242</u>	<u>87.434</u>	
Deduções			
(-) Encargos setoriais	(273)	-	
(-) PASEP e COFINS	(276)	-	
Receita operacional líquida	12	<u>47.693</u>	<u>87.434</u>

Curitiba, 15 de janeiro de 2016.

DIRETORIA EXECUTIVA



Alfonso Schmitt
Diretor Presidente



Valdenir José Bertaglia
Diretor Administrativo-Financeiro

CONTADOR



William Rodrigo Cardoso
CRC/SC nº 021528/O-8